



---

## **PARTICIPAÇÃO DA AGRICULTURA FAMILIAR NA PRODUÇÃO DE SUÍNOS E FRANGOS EM SANTA CATARINA**

### **PARTICIPATION OF FAMILY FARMING IN THE PRODUCTION OF SWINE AND BROILERS IN SANTA CATARINA**

Alexandre Luís Giehl, Epagri/Cepa, e-mail: [alexandregiehl@epagri.sc.gov.br](mailto:alexandregiehl@epagri.sc.gov.br)

Jurandi Teodoro Gugel, Epagri/Cepa, e-mail: [jurandigugel@epagri.sc.gov.br](mailto:jurandigugel@epagri.sc.gov.br)

Márcia Mondardo, Epagri/Cepa, e-mail: [mondardo@epagri.sc.gov.br](mailto:mondardo@epagri.sc.gov.br)

Tabajara Marcondes, Epagri/Cepa, e-mail: [tabajara@epagri.sc.gov.br](mailto:tabajara@epagri.sc.gov.br)

#### **Grupo de Pesquisa: GT5. Agricultura familiar e ruralidades**

#### **Resumo**

Santa Catarina destaca-se na produção de suínos e frangos, ocupando a primeira e a segunda colocações no ranking nacional, respectivamente. Essas atividades são responsáveis por 38,88% do VBP agropecuário do estado. O surgimento e estruturação dessas cadeias produtivas está associado à gênese e às características fundiárias do território catarinense, com predominância da agricultura familiar. Em todo o país os agricultores familiares têm papel relevante na produção de alimentos, como demonstrou o Censo Agropecuário de 2006. Entretanto, nas últimas décadas percebe-se um intenso processo de verticalização da produção, com redução no número de produtores e aumento das escalas. Diante desse cenário, questiona-se: qual é a participação da agricultura familiar na produção de suínos e frangos em Santa Catarina atualmente? Para responder essa questão, realizou-se cruzamento das DAPs ativas entre 2013 e 2017 e das Guias de Trânsito Animal com finalidade de abate emitidas no período. A partir disso, verificou-se que o número total de produtores de frangos caiu 10,96%, enquanto o de suinocultores teve queda de 13,60%. Na média dos cinco anos, os agricultores familiares representaram 76,00% dos suinocultores e 79,06% dos avicultores. Em termos de produção, durante o período analisado a agricultura familiar foi responsável, em média, por 54,16% dos suínos e 56,98% dos frangos produzidos no estado. Contudo, tem havido uma concentração nessas cadeias, com redução no número de produtores e aumento das escalas, situação observada inclusive no âmbito da agricultura familiar. Entre 2014 e 2017, a média de animais produzidos por cada agricultor familiar aumentou 39,31% para suínos e 14,94% para frangos. Conclui-se que a participação da agricultura familiar na produção catarinense de suínos e frangos é bastante expressiva, tanto no número de produtores quanto na quantidade de animais, não obstante a concentração observada no setor, inclusive no âmbito do próprio segmento familiar.

**Palavras-chave:** agricultura familiar; carnes; avicultura; suinocultura.

#### **Abstract**

*Santa Catarina stands out in the production of pigs and chickens, occupying the first and second places in the national ranking, respectively. These activities are responsible for 38.88% of the State's agricultural VBP. The emergence and structuring of these productive chains is associated with the genesis and land characteristics of the territory of Santa Catarina, with a predominance of family farming. Throughout the country, family farmers have a significant role in food production, as demonstrated by the 2006 Census of Agriculture. However, in the*



*last decades a process of concentration of production has been observed. In this scenario, we ask: what is the current participation of family agriculture in the production of pigs and chickens in Santa Catarina? To answer this question, a cross-check was carried out between the active DAPs between 2013 and 2017 and the Animal Transit Guides for slaughter purposes issued during the same period. It was found that the total number of chickens fell by 10.96%, while that of pig farmers dropped by 13.60%. In the average of five years, family farmers accounted for 76.00% of pig farmers and 79.06% of poultry farmers. In terms of production, during the analyzed period family farming was responsible, on average, for 54.16% of the pigs and 56.98% of the chickens produced in the state. However, there has been a concentration in these chains, with a reduction in the number of producers and increase of the scales, a situation observed even in the scope of family agriculture. Between 2014 and 2017, the average number of animals produced per each family farmer increased by 39.31% for pigs and 14.94% for chickens. We concluded that the participation of family farmers in the Santa Catarina production of pigs and chickens is quite significant, both in the number of producers and in the number of animals, notwithstanding the concentration observed in the sector, including within the family segment itself.*

**Keywords:** *family farming; meat; broiler; swine breeding.*

## **1. Introdução**

Embora ocupe apenas 1,12% do território nacional, Santa Catarina é um dos estados mais importantes na produção agropecuária brasileira. Segundo dados do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento referentes ao ano de 2017, o estado ocupa a 8ª posição no ranking nacional quando se considera o Valor Bruto da Produção - VBP (MAPA, 2018). Grande parte desse destaque deve-se ao elevado valor agregado de algumas das atividades desenvolvidas no meio rural catarinense, como é o caso da produção animal. A pecuária contribuiu com 60% do VBP total da agropecuária catarinense em 2017 (EPAGRI/CEPA, 2017). Dentre os cinco principais produtos que compõem o VBP de Santa Catarina, três são de origem animal: frangos, suínos e leite.

Em relação às carnes, os frangos e suínos (as duas principais do estado) representam 38,88% do VBP agropecuário catarinense, conforme calculado pela Epagri/Cepa (2017). No cenário nacional, o estado também se destaca nesses produtos. De acordo com os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística referentes ao ano de 2016, Santa Catarina é o maior produtor de carne suína do país, respondendo por 26,11% do total nacional (IBGE, 2018). Quanto à carne de frango, o estado é responsável por 16,02% da produção nacional, ocupando a 2ª colocação no ranking.

De acordo com os dados da Companhia de Desenvolvimento Agrícola de Santa Catarina – Cidasc, sistematizados e divulgados pelo Centro de Socioeconomia e Planejamento Agrícola da Epagri, em 2017 foram produzidos em Santa Catarina e destinados ao abate um total de 12,69 milhões de suínos e 883,04 milhões de frangos<sup>1</sup>. (EPAGRI/CEPA, 2018).

Em termos de abrangência social, os dados referentes às unidades de exploração pecuária da Cidasc do ano de 2017 apontam a existência de 13 mil produtores comerciais de

---

<sup>1</sup> Contabiliza-se apenas os animais abatidos em estabelecimentos que recebem algum tipo de inspeção sanitária (municipal, estadual ou federal). Nesses montantes estão inclusos os animais criados e abatidos em Santa Catarina e aqueles criados no estado mas abatidos em outras unidades da federação.



suínos no estado, incluindo todas as categorias: animais de corte, granjas de reprodutores de suínos certificadas, matrizes e reprodutores (EPAGRI/CEPA, 2017). No caso do frango, o número de produtores comerciais registrados é de 6,2 mil, levando-se em consideração somente a produção de aves de corte.

Embora seja possível encontrar produtores em praticamente todas as regiões do estado, há uma forte concentração no Oeste Catarinense. Em 2017, essa mesorregião foi responsável por 79,43% da produção estadual de frangos e 78,86% dos suínos. (EPAGRI/CEPA, 2017).

O desenvolvimento da produção de carnes em Santa Catarina, especialmente a suinocultura e a avicultura no Oeste Catarinense, está fortemente associado à gênese do processo de ocupação do território, marcado pela predominância da agricultura familiar, bem como à implantação de complexos agroindustriais naquela região.

### *1.1. Breve contexto histórico*

Segundo Bavaresco (2005), mesmo antes da chegada dos primeiros colonizadores ao Oeste Catarinense, os caboclos que habitavam a região já criavam animais, como bovinos (para tração e transporte) e, em maior número, suínos (para alimentação ou trocas por outros produtos). Os animais eram criados soltos e se alimentavam de frutos e outras partes vegetais disponíveis na região.

Talamini e Kinpara (1994) apontam que a colonização do Oeste Catarinense articulada pelo poder público iniciou-se no princípio do século XX, principalmente em decorrência da construção da estrada de ferro São Paulo-Rio Grande, que cortava o estado na região do Rio do Peixe. Já no Extremo Oeste, região que faz fronteira com a Argentina, a colonização iniciou-se na década de 1920, com a vinda de imigrantes de áreas do Rio Grande do Sul colonizadas há mais tempo. A maioria dos imigrantes eram descendentes de europeus que haviam migrado para o Brasil no século XIX. Os autores prosseguem destacando que os novos ocupantes da região, de forma semelhante ao que faziam em suas áreas de origem, dedicaram-se à produção de trigo, milho e suínos.

Uma das principais dificuldades enfrentadas em todo o processo de ocupação do Oeste Catarinense foi a distância em relação aos principais centros consumidores e a inexistência ou precariedade das vias de acesso. Tal situação era um empecilho à saída dos excedentes produtivos daquela região. Por outro lado, conforme aponta Bavaresco (2005), essa condição estimulou a criação de porcos e galinhas, seja pela disponibilidade de alimentos para os animais ou pela necessidade de obtenção de produtos com maior valor agregado. Além disso, “com a dificuldade de se transportar os grãos, era preferível produzir algo que se movia, no caso o suíno”. (GRANDO, 2001 *apud* BAVARESCO, 2005, p. 125). Bavaresco ainda ressalta que desde os primórdios da colonização, toda a dinâmica produtiva foi baseada na organização familiar, inclusive a produção de animais.

Nesse período estabeleceu-se um comércio de suínos vivos e banha oriundos da região, principalmente com o Rio Grande do Sul e São Paulo. Contudo, com a rentabilidade da atividade e o aumento no número de animais produzidos, logo começaram a surgir iniciativas de industrialização da produção. Na década de 40 foram fundados os três primeiros frigoríficos de suínos, todos no vale do Rio do Peixe. Os principais produtos oriundos dessas unidades eram a banha, a linguiça e a carne salgada. (TALAMINI e KINPARA, 1994).

Ainda segundo Talamini e Kinpara, o advento do óleo vegetal como substituto da banha no final da década de 1950 levou a uma mudança na orientação da suinocultura, que passa a buscar a produção de carne e não mais de gordura. Dentre as mudanças observadas nesse período, destacam-se ainda a introdução de raças especializadas na produção de carne, novos



padrões alimentares e de manejo. Nessa época iniciaram-se na região Oeste Catarinense os primeiros programas de fomento à suinocultura.

Segundo dados apresentados por Bavaresco (2005), em 1965 Santa Catarina era o 4º maior produtor de suínos do país, atrás de Minas Gerais, Rio Grande do Sul e Paraná. O autor aponta que “o aumento da demanda de matéria-prima para as agroindústrias contribuiu para o surgimento de uma produção organizada no seio da propriedade, que tinha por base o trabalho familiar”. Através dessa aproximação com esses agricultores, as agroindústrias garantiam um abastecimento mais regular.

Diferentemente da suinocultura, a avicultura industrial em Santa Catarina nasceu na década de 1960 já sob a égide da centralização e integração contratual de seu processo de produção. Dessa forma, desde os primórdios da atividade o sistema agroindustrial teve sob seu controle a genética, a produção de ovos e pintinhos, a produção de rações, o processamento agroindustrial e a distribuição para o mercado.

Ao analisar os primórdios do processo de desenvolvimento da avicultura no Brasil, Sorj, Pompermayer e Coradini (2008) chamam atenção para o fato de que a atividade possui alto grau de controle do processo biológico, pois este é realizado em condições quase que artificiais, reduzindo a dependência das condições naturais (solo e clima, principalmente). Em razão disso, a avicultura constituir-se-ia num setor agropecuário onde a transferência de tecnologia pode ser realizada sem maiores dificuldades. Tais características possibilitaram a rápida difusão dessa atividade, em especial durante os anos 1970 e 1980. Condições semelhantes são observadas na suinocultura, com a diferença desta ser uma atividade já tradicional dentre os produtores catarinenses quando da implantação dos complexos agroindustriais.

Não obstante o conjunto de fatores anteriormente apresentados e que levaram ao desenvolvimento da avicultura e da suinocultura em Santa Catarina, há diversos instrumentos e políticas públicas que ajudaram a criar as condições necessárias para que esse processo se estruturasse. Um desses mecanismos é o crédito subsidiado, que possibilitou que inclusive produtores de menor escala se inserissem no processo. Estudo realizado em 1976 pela Comissão Estadual de Planejamento Agrícola (Cepa), citado por Sorj, Pompermayer e Coradini (2008), concluiu que o desenvolvimento da avicultura no estado está alicerçado no amplo apoio recebido por meio do crédito rural. Outras políticas públicas que também foram importantes, embora com impactos distintos, são: a pesquisa agropecuária e a assistência técnica, os preços administrativos e a política de exportação.

Segundo Sorj, Pompermayer e Coradini (2008), a avicultura industrial no Brasil tem como marco inicial o final da década de 1950, quando substituiu a antiga avicultura comercial que começara nos anos 1920 e 1930. Contudo, seu crescimento acelerado se deu principalmente na década de 1970, apoiado pelo crédito subsidiado. Mais que substituir a antiga produção, como ocorreu na suinocultura, na avicultura observou-se a criação de um novo mercado, desde a criação dos animais até o consumo.

Para que se tenha uma ideia do ritmo de crescimento desse setor, em 1972 havia apenas uma indústria processadora de frangos, com 134 produtores integrados e um abate anual de 3,3 milhões de cabeças. Em 1976 já eram nove as empresas processadoras, 953 integrados e um abate anual de 60 milhões de cabeças (SORJ, POMPERMAYER E CORADINI, 2008). Ainda segundo os autores, as principais razões para a acelerada expansão da integração contratual para a produção de suínos e aves em Santa Catarina estão ligadas ao tamanho da indústria de transformação que lidera o processo e a estrutura do mercado por ela condicionado.

Sorj, Pompermayer e Coradini apresentam um quadro com a evolução da produção de carnes de aves dos principais estados produtores entre os anos 1972 e 1978. Nesse período



Santa Catarina registrou taxas de crescimento impressionantes, passando de 4,9% da produção nacional em 1972, para 22,9% em 1978.

Talamini e Kinpara (1994), por sua vez, apontam que em 1988 atuavam na avicultura 4.799 produtores, os quais respondiam por 100% da oferta de animais para o abate, sendo praticamente toda a produção realizada sob o sistema de integração. Ainda segundo esses autores, no mesmo ano a suinocultura apresentava 24.056 produtores integrados, com uma média de 6 matrizes cada, produzindo cerca de 70% dos animais abatidos. A produção própria das empresas era de 16,3%, enquanto 14,3% eram oriundos de produtores independentes.

Em relação ao perfil dos avicultores, pesquisa realizada pela Ceag/SC aponta que no final da década de 1970 predominava a mão-de-obra familiar, sendo essa, inclusive, uma das exigências das empresas integradoras, embora nem sempre isso estivesse explícito. Para que se tenha uma noção, de 779 avicultores entrevistados na referida pesquisa, 327 (42,0%) utilizavam mão-de-obra externa eventualmente e 162 (20,8%) utilizavam mão-de-obra externa permanentemente. (CEBRAE/CEAG, 1978).

Reforçando a importância do trabalho familiar para o sistema de integração, Sorj, Pompermayer e Coradini (2008) afirmam ser significativo que praticamente a totalidade da produção industrial de aves e suínos do sul do País se localize nas regiões caracterizadas pela presença de pequenas propriedades rurais.

Por outro lado, na mesma pesquisa da Ceag/SC já citada anteriormente, constatou-se que somente determinados grupos de produtores tinham condições de preencher as exigências impostas pelos frigoríficos. Os integrados eram escolhidos em função de possuírem área de terra acima da média da região, terem condições de obter crédito e situarem-se próximos às agroindústrias. Outro fator determinante era a disponibilidade de milho por parte do produtor, já que as integradoras estabeleciam uma quantidade mínima a ser produzida por cada integrado. (CEBRAE/CEAG, 1978).

Apesar dessas exigências, num primeiro momento a avicultura mais incluiu novos produtores do que excluiu antigos, visto que nas décadas de 1970 e 1980 era ainda uma atividade em expansão. Situação bem distinta daquela observada na suinocultura, que havia experimentado seu *boom* nas décadas anteriores, quando o número de produtores era mais expressivo e a atividade era desenvolvida de forma bastante difusa.

Segundo informações da Secretaria de Estado da Agricultura e Abastecimento de Santa Catarina, publicadas por Zanotto (2013), em meados da década de 1970 haviam no estado cerca de 120 mil suinocultores, dos mais diversos tamanhos, perfis e graus de inserção no mercado. Sorj, Pompermayer e Coradini (2008) destacam que nessa atividade já se observava, naquele período, uma seleção permanente dos produtores, impulsionada pelas mudanças de patamar técnico e pelas crises rotineiras, reorganizando a produção e eliminando ou realocando parte dos produtores.

Ao tratar desse processo, os autores chamam a atenção para um projeto de "resseleção" dos produtores suínos de Santa Catarina, o qual foi elaborado em 1976 pelo Ministério da Agricultura, com a participação da Acaresc (órgão estadual de extensão rural da época) e do Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura – IICA (organismo internacional vinculado à Organização dos Estados Americanos), com previsão de execução entre 1977 e 1986. O projeto propunha impulsionar a suinocultura tanto quantitativa quanto qualitativamente, além de redimensionar o tipo de produto e de produtor através da seleção de propriedades para sua aplicação.

A reestruturação da suinocultura catarinense foi acelerada nos anos seguintes em função da irrupção de uma calamidade sanitária. Em 1978 foram detectados em Santa Catarina focos



de uma doença diagnosticada pelas autoridades sanitárias da época como sendo a peste suína africana (PSA). Conforme relata Zanotto (2013), imediatamente após a identificação da doença, o Governo do Estado desencadeou um conjunto de ações para erradicação da mesma, que consistiam essencialmente no sacrifício de todos os suínos das propriedades em que houvesse ocorrência de PSA.

Contudo, não obstante o sacrifício de milhares de animais e o propalado sucesso do programa de erradicação, haviam na época questionamentos sobre esse processo, conforme aponta Zanotto (2013). Segundo esse autor, diversos veterinários tinham opiniões divergentes acerca do sucesso do programa de combate à PSA e até mesmo sobre a efetiva existência da doença no país. Dentre os agricultores também eram frequentes os questionamentos em relação à existência da doença. Segundo eles, os sintomas observados em grande parte dos rebanhos sacrificados eram distintos daqueles tradicionalmente utilizados para descrevê-la. Esse debate também ganhou corpo no meio político, com diversos parlamentares, prefeitos e outras lideranças políticas criticando o processo de erradicação implementado.

Esse conjunto de fatores contribuiu para que nas últimas décadas se tornasse perceptível um contínuo processo de verticalização da produção de ambas as cadeias produtivas, com a redução no número de produtores, automação dos sistemas de manejo e produção, aumento no tamanho mínimo dos lotes e das estruturas criatórias, além de forte pressão para a melhoria dos índices zootécnicos.

### *1.2. Agricultura familiar e a produção de alimentos*

A agricultura familiar brasileira e seu papel estratégico, bem como seus desafios, tem sido objeto de amplos debates, seja na construção ou implementação de políticas públicas, nas pautas dos movimentos sociais e, principalmente, nos espaços acadêmicos.

Com o fim da ditadura militar e a volta da democracia, o Brasil passou a viver uma efervescência política com grandes discussões sobre os rumos do país. Esse processo perpassou praticamente todos os setores da sociedade, mas em alguns ganhou uma envergadura maior, como é o caso do meio rural e dos temas associados a esse espaço. Destacaram-se debates relacionados à questão agrária, matriz tecnológica da agricultura, papel do rural no projeto de desenvolvimento nacional, dentre outros. Também iniciaram nesse período as lutas em torno do valorização da diversidade do rural brasileiro, com o reconhecimento do conjunto de categorias sociais que o compõem. Esse leque de ações resultou na Constituição Federal de 1988, que incorpora diversos avanços civilizatórios.

A década de 1990, por sua vez, se caracterizou pela presença de governos de perfil conservador no plano político e liberal ou neoliberal na economia. A abertura econômica foi a tônica não só no Brasil, mas em toda a América Latina. Como consequência, observaram-se reduções significativas no papel do Estado e na implementação de políticas de apoio ao desenvolvimento, afetando inclusive o meio rural. Um exemplo marcante disso foi a extinção da Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural (Embrater) e a consequente desarticulação da maioria dos serviços estaduais de assistência técnica e extensão rural.

Contudo, por outro lado, as décadas de 1980 e 1990 também vivenciaram um crescimento na organização e mobilização de diversos movimentos sociais do campo, que resultaram em conquistas importantes. Um marco significativo disso é a estruturação de uma política diferenciada para os agricultores familiares, o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – Pronaf (1996) e, posteriormente, a recriação de uma pasta ministerial específica para tratar do tema, o Ministério do Desenvolvimento Agrário (1999), ambas ocorridas durante a gestão de Fernando Henrique Cardoso.



Do ponto de vista conceitual, um grande avanço observado nesse período foi o convênio FAO/Incrá, que resultou no estudo intitulado “Novo Retrato da Agricultura Familiar: o Brasil Redescoberto” (MDA/Incrá/FAO, 2000), que apresentou informações relevantes para o entendimento do conceito que vinha sendo construído. Além disso, foi no âmbito do referido convênio que se sistematizou os critérios de identificação do segmento familiar que viriam a ser amplamente utilizados nos anos seguintes.

Já na década de 2000, com a chegada ao governo do presidente Luís Inácio Lula da Silva, a pauta da agricultura familiar toma dimensão ainda maior em termos emblemáticos e na estruturação de um grande conjunto de políticas públicas de apoio a esse segmento. A título de exemplo, podemos citar o Programa de Aquisição de Alimentos, as compras da agricultura familiar via Programa Nacional de Alimentação Escolar, o Programa Nacional de ATER, o Programa Nacional de Habitação Rural, entre outros.

Contudo, do ponto de vista simbólico, um dos avanços mais significativos ocorridos no período foi a promulgação da Lei nº 11.326/2006, conhecida como Lei da Agricultura Familiar. Dentre outras coisas, a referida lei constitui-se num reconhecimento formal por parte do Estado da existência e relevância desse segmento social. No âmbito do processo de legitimação, a agricultura familiar passa a desfrutar de novo status perante a sociedade brasileira, contando com muito mais visibilidade do que nas décadas anteriores.

No que tange à lei, há que se destacar que a mesma traz as bases para os parâmetros utilizados para estabelecer recortes de público na maioria das políticas públicas voltadas a esse segmento. Conforme bem definiu Altafin (2009), a opção adotada no âmbito da Lei nº 11.326 para delimitar o público foi o uso “operacional” do conceito, essencialmente centrado na caracterização geral de um grupo social bastante heterogêneo. Por outro lado, no meio acadêmico propõe-se um tratamento mais analítico e menos operacional ao tema. Em relação a esse segundo grupo, a autora identifica pelo menos duas vertentes de pensamento que tratam da delimitação conceitual da agricultura familiar: uma que considera que a moderna agricultura familiar é uma nova categoria, gerada no âmbito das transformações ocorridas nas sociedades capitalistas desenvolvidas; outra que defende que a agricultura familiar é um conceito em evolução, que carrega raízes históricas e vínculos com os grupos que deram origem à sua forma atual.

Altafin aponta ainda que a definição legal proposta pela Lei nº 11.326 combina diversos critérios, como o tamanho da propriedade, predominância familiar da mão-de-obra e da renda, e gestão familiar da unidade produtiva. Como é de se esperar nesse caso, essa delimitação é suficientemente abrangente para incluir a diversidade de situações existentes no país. Mesmo levando em consideração os conceitos acadêmicos, a autora conclui que o uso do termo “agricultura familiar” no Brasil se refere a um amplo guarda-chuva conceitual, que abriga distintos tipos e situações, com diferenças não apenas entre uma região e outra, mas dentro de cada região, estado, município ou território.

Como resultado desse processo de valorização e reconhecimento, a agricultura familiar passou a ocupar importantes espaços no imaginário da sociedade. Para delinear o perfil e dimensionar sua efetiva importância para o conjunto da sociedade, a metodologia usada pelo IBGE no Censo Agropecuário de 2006, permitiu identificar a participação da agricultura familiar em todas as cadeias produtivas levantadas. Assim, fruto de cooperação entre o MDA e o IBGE, foi elaborada uma publicação que sintetiza os resultados das análises e cruzamentos feitos pela equipe de pesquisadores escolhidos para tal tarefa, denominada “O Censo Agropecuário 2006 e a Agricultura Familiar no Brasil”.



Uma das principais conclusões do referido estudo é que a agricultura familiar tem participação significativa na produção dos principais alimentos que chegam à mesa das famílias brasileiras. Conforme os dados apresentados na publicação supramencionada, a agricultura familiar era responsável por

87% da produção nacional de mandioca, 70% da produção de feijão (sendo 77% do feijão-preto, 84% do feijão-fradinho, caupi, de corda ou macáçar e 54% do feijão-de-cor), 46% do milho, 38% do café (parcela constituída por 55% do tipo robusta ou conilon e 34% do arábica), 34% do arroz, 58% do leite (composta por 58% do leite de vaca e 67% do leite de cabra), possuía 59% do plantel de suínos, 50% do de aves, 30% dos bovinos, e produzia 21% do trigo. A cultura com menor participação da agricultura familiar foi a soja (16%), um dos principais produtos da pauta de exportação brasileira. (FRANÇA, DEL GROSSI E MARQUES, 2009, p. 26)

Esses números ajudaram a consolidar a imagem da agricultura familiar como principal responsável pela produção de alimentos para consumo no mercado interno, além de destacar uma importante participação desse segmento em atividades com presença marcante na pauta de exportações, como é o caso das carnes.

Em relação ao seu papel na segurança alimentar, Altafin (2009) aponta que a história dos produtores de alimentos no Brasil está ligada à trajetória de cinco grupos: índios, negros, mestiços, brancos não herdeiros e imigrantes europeus. Não obstante suas especificidades, a autora afirma que os mesmos têm em comum a posição secundária que ocupavam no âmbito do modelo de desenvolvimento do país. Além disso, esses grupos normalmente enquadram-se nos critérios utilizados para definir a agricultura familiar.

O estudo de França, Del Grossi e Marques também traz uma breve caracterização da agricultura familiar de cada unidade da federação, tendo como referência os parâmetros previstos na Lei nº 11.326. No caso de Santa Catarina, verifica-se que dos 193.663 estabelecimentos recenseados, 168.544 (87%) enquadram-se nos critérios da lei supramencionada. Por ocasião do Censo de 2006, a agricultura familiar detinha 44% da área total dos estabelecimentos rurais recenseados e era responsável por 82% do pessoal ocupado no meio rural. Em termos econômicos, ela respondia por 64% do VBP agropecuário do estado.

Quanto à produção, o estudo mostrou que grande parte das principais cadeias produtivas catarinenses estava associada à agricultura familiar. É o caso, por exemplo, do arroz (64%), do feijão (73%), da mandioca (93%) e do milho em grão (77%). Mesmo na produção animal a presença da agricultura familiar era bastante expressiva: 87% da produção de leite, 65% do rebanho bovino, 67% do rebanho suíno e 68% do plantel de aves contabilizadas naquele Censo.

Ainda em relação à produção animal, o estudo demonstrou que em Santa Catarina haviam 100 mil estabelecimentos rurais sob posse de agricultores familiares nos quais se registrou a presença de galinhas, além de 73,7 mil estabelecimentos familiares com a presença de suínos.

Vale ressaltar que o trabalho de França, Del Grossi e Marques não faz distinção entre produção comercial e para autoconsumo. Para que se tenha noção do significado social da produção para autoconsumo, de acordo com o cadastro da Cidasc, em 2017 havia em Santa Catarina cerca de 60 mil produtores de suínos para fins de subsistência e 64,2 mil de galinhas com a mesma finalidade. (EPAGRI/CEPA, 2017). É claro que, em termos de volume de produção, destacam-se os produtores comerciais, até mesmo pela dificuldade de mensurar a produção para autoconsumo.

Levando em consideração a importância da produção de carnes para a agropecuária catarinense, bem como a participação expressiva no rebanho de suínos e aves que a agricultura familiar apresentava em 2006, surge o principal questionamento que orienta o presente trabalho:





qual é a participação da agricultura familiar nas duas principais cadeias produtivas de carnes do estado de Santa Catarina atualmente?

## 2. Metodologia

No presente artigo busca-se identificar a participação da agricultura familiar nas principais cadeias produtivas de carnes no estado de Santa Catarina, bem como apresentar a evolução desse cenário nos últimos anos.

O primeiro passo consistiu em estabelecer o escopo deste estudo, que foi focado nas duas principais espécies produzidas no estado com a finalidade de obtenção de produtos cárneos: frangos<sup>2</sup> e suínos. Esse recorte pauta-se tanto em parâmetros econômicos (participação dessas atividades no VBP total) quanto sociais (número de pessoas envolvidas nessas cadeias de forma direta ou indireta).

Na sequência, identificou-se os produtores que destinaram animais para abate no período de 2013 a 2017. Para tanto, utilizou-se as informações das Guias de Trânsito Animal (GTA) emitidas pela Companhia Integrada de Desenvolvimento Agrícola de Santa Catarina - Cidasc, órgão responsável pelas ações de sanidade e vigilância animal e vegetal no estado. A GTA é um documento oficial de emissão obrigatória tanto para o trânsito intraestadual como interestadual de animais, que permite aos serviços de defesa agropecuária acompanharem a circulação, identificando a origem e o destino dos mesmos, bem como a finalidade da movimentação (abate, feiras/exposições, engorda, etc.). Foram disponibilizados os dados das GTAs emitidas nos últimos 5 anos (2013 a 2017), período em que se encontra em funcionamento o Sistema de Gestão da Defesa Agropecuária Catarinense (Sigen+).

Com o uso do *software* SAS (*Statistical Analysis Software*), primeiramente identificou-se o total de produtores que emitiram GTAs com finalidade de abate para alguma das espécies de interesse. Utilizou-se como parâmetro o número do CPF ou CNPJ do responsável registrado em cada GTA. As repetições não foram contabilizadas, de forma a se obter a quantidade real de pessoas físicas ou jurídicas que destinaram animais para abate a cada ano (2013 a 2017). É importante destacar que esse processo permite identificar apenas os animais abatidos em estabelecimentos credenciados junto a algum dos serviços de inspeção previstos na legislação (SIM, SIE e SIF).

Após a identificação dos produtores, partiu-se para a etapa seguinte, em que se verificou quais desses enquadravam-se na categoria “Agricultor Familiar”, conforme os critérios estabelecidos pela lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006. Optou-se pela adoção de um conceito operacional, partindo-se do pressuposto de que são agricultores familiares os indivíduos (e suas respectivas famílias) que possuem Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP).

Para viabilizar a ação supramencionada, obteve-se junto à Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário (Sead)<sup>3</sup> a relação das DAPs emitidas em

<sup>2</sup> Neste trabalho, considera-se que o termo “frangos” inclui as diversas categorias de ambos os gêneros da espécie *Gallus gallus domesticus*, inclusive as aves criadas para propósitos distintos da produção direta de carne (reprodução, postura, etc.) e que ao término de seu ciclo produtivo são destinadas ao abate. Contudo, vale ressaltar que os frangos de corte, criados especificamente para essa finalidade, representam mais de 97% dos galináceos produzidos em Santa Catarina.

<sup>3</sup> Com a extinção do Ministério do Desenvolvimento Agrário em maio de 2016 (Medida Provisória nº 726, de 12/05/2016), as competências desse órgão foram transferidas originalmente para o Ministério do Desenvolvimento Social (que passou a se denominar Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário - MDSA). Posteriormente, o Decreto nº 8.780, de 27/05/2016, transferiu a Sead do MDSA para a Casa Civil da Presidência da República.



Santa Catarina até dezembro de 2017, contendo informações que permitissem identificar se a declaração apresentava o status de “ativa” (vigência, versão e cancelamentos)<sup>4</sup>.

Inicialmente, identificou-se as DAPs ativas a cada ano no período de 2013 a 2017 (período abarcado pelo presente estudo). Na sequência, novamente utilizando-se o *software* SAS, as DAPs ativas foram cruzadas com a relação de produtores que emitiram GTAs com finalidade de abate de frangos e suínos, previamente identificados. Para tal cruzamento utilizou-se como parâmetro o(s) número(s) de CPF(s) constante(s) na DAP. No caso de dupla titularidade, o *software* buscou separadamente cada um dos CPFs constantes na DAP, visto que a GTA poderia ter sido emitida para qualquer um dos cônjuges, a depender de quem constasse como responsável pelos animais no cadastro realizado pela Cidasc.

Em relação à vigência, ressalta-se que foi levado em consideração apenas se a DAP apresentava o status de “ativa” em qualquer período do ano analisado e não especificamente no momento da emissão da GTA. Por exemplo, se determinada DAP esteve ativa até o mês de abril e a GTA somente foi emitida em setembro do mesmo ano, considerou-se que essa operação foi realizada por agricultor familiar. Tal procedimento visou viabilizar a análise dos dados disponíveis de forma mais célere, já que permitia estabelecer mais facilmente o conjunto de DAPs consideradas ativas a cada ano. Apesar da adoção de um conceito operacional (compreendendo como agricultores familiares os indivíduos detentores de DAP), entende-se que essa opção metodológica não afeta significativamente a interpretação dos resultados, já que, no curto prazo, são improváveis alterações tão significativas que inviabilizem o enquadramento do produtor na categoria de agricultor familiar.

Após a identificação dos detentores de DAP, procedeu-se a soma dos animais movimentados a cada ano pelos mesmos, sempre levando em consideração aqueles destinados ao abate em estabelecimentos inspecionados.

A partir das operações supramencionadas, obteve-se os resultados que serão apresentados e discutidos na sequência.

### **3. Resultados e discussão**

Conforme demonstra a tabela 1, em 2013 um total de 8.926 produtores destinaram suínos para abate em estabelecimentos inspecionados, dos quais 76,34% eram agricultores familiares. Em 2017 o número de produtores foi de 7.712, o que representa uma queda de 13,60% no período. Ainda em relação a esse ano, a participação de agricultores familiares no total foi de 73,88%. Na média dos cinco anos analisados, os agricultores familiares representaram 76,00% dos suinocultores comerciais<sup>5</sup>.

No que diz respeito aos frangos, o número de produtores em 2013 foi de 7.507, com uma participação de 81,53% de agricultores familiares. Em 2017 o número de produtores caiu para 6.684 (-10,96%), dos quais 74,49% possuíam DAP.

Ao analisar a evolução anual do número de produtores, percebe-se que há uma queda contínua nos totais das duas espécies ao longo dos anos. Em ambos os casos, a queda mais

<sup>4</sup> Segundo a Sead, DAP Ativa é aquela emitida e registrada na base de dados da Secretaria, sem erros ou vícios de emissão, que combina dois “status”: “Última Versão” e “Válida”.

<sup>5</sup> No presente artigo parte-se do pressuposto de que os animais abatidos em estabelecimentos inspecionados (finalidade das GTAs aqui consideradas) são resultantes de operações comerciais. Ressalta-se que em algumas situações não necessariamente há atividade comercial envolvida, como nos casos em que o abate é realizado em estabelecimento com inspeção sanitária e posteriormente os produtos resultantes retornam ao agricultor para consumo deste. Contudo, esses são casos esporádicos e normalmente relacionados ao abate de bovinos.



significativa ocorreu em 2017, quando o número de produtores de suínos caiu 4,73% em relação ao ano anterior e o de frangos registrou queda de 5,20%.

**Tabela 1** – Suinocultores e avicultores que destinaram animais para abate, por categoria e total – Santa Catarina – 2013 a 2017.

| Atividade / espécie | Número de produtores |         |              |         |         |              |         |         |              |         |         |              |         |         |              |
|---------------------|----------------------|---------|--------------|---------|---------|--------------|---------|---------|--------------|---------|---------|--------------|---------|---------|--------------|
|                     | 2013                 |         |              | 2014    |         |              | 2015    |         |              | 2016    |         |              | 2017    |         |              |
|                     | Com DAP              | Sem DAP | Total        | Com DAP | Sem DAP | Total        | Com DAP | Sem DAP | Total        | Com DAP | Sem DAP | Total        | Com DAP | Sem DAP | Total        |
| <b>Suínos</b>       | 6.814                | 2.112   | <b>8.926</b> | 6.579   | 1.988   | <b>8.567</b> | 6.389   | 1.968   | <b>8.357</b> | 6.180   | 1.915   | <b>8.095</b> | 5.698   | 2.014   | <b>7.712</b> |
| <b>Frangos</b>      | 6.056                | 1.451   | <b>7.507</b> | 6.087   | 1.379   | <b>7.466</b> | 5.764   | 1.447   | <b>7.211</b> | 5.513   | 1.538   | <b>7.051</b> | 4.979   | 1.705   | <b>6.684</b> |

Fonte: Elaboração dos autores, partir de dados da Cidasc e Sead

Essa redução no número de produtores pode estar associada à crise enfrentada pelo setor de carnes em 2016, quando os preços do milho (principal componente da ração animal) atingiram recordes históricos e os preços do suíno e do frango não acompanharam esse movimento de alta em função da estagnação da economia. Embora o preço do milho tenha retornado a patamares mais próximos das médias históricas a partir do final daquele ano, em 2017 o setor foi abalado pela deflagração de uma operação da Polícia Federal denominada “Carne Fraca”<sup>6</sup>, que prejudicou sua credibilidade e afetou as exportações, ao menos num primeiro momento. É provável que esse conjunto de fatores tenha feito com que diversos produtores saíssem da atividade, em função da redução de rentabilidade ou mesmo margens de lucro negativas. Isso impactou principalmente os suinocultores que desenvolvem a atividade de forma independente (sem integração com agroindústrias). Já em relação aos frangos, a crise vivenciada em 2016 acarretou a interrupção das atividades de algumas agroindústrias localizadas no estado do Paraná, mas com integrados também em Santa Catarina, o que pode ter contribuído para a redução nos números entre 2016 e 2017.

Sorj, Pompermayer e Coradini (2008) destacam que avicultura industrial é um setor altamente excludente por sua própria seletividade estratégica, elegendo um determinado grupo de produtores e impondo suas exigências tecnológicas.

Além do total de produtores, o número de agricultores familiares que destinaram animais para abate também caiu nos cinco anos analisados. Aliás, no caso dos suínos percebem-se diferenças bastante significativas entre os dois grupos. O número de produtores sem DAP teve queda de 4,64%, enquanto o de produtores com DAP registra redução de 16,38% entre 2013 e 2017. Chama a atenção o crescimento de 5,17% na quantidade de suinocultores sem DAP em 2017 na comparação com o ano anterior. Essa foi a única variação positiva registrada no período, seja por categoria ou total de produtores de suínos.

No caso dos avicultores, o comportamento distinto entre as duas categorias é mais evidente ainda. O número de produtores de frango com DAP caiu 17,78% entre 2013 e 2017, enquanto o de produtores sem DAP registrou crescimento de 17,51% no mesmo período. No total, o número de produtores de frango registrou variação negativa de 10,96%, conforme já mencionado anteriormente.

<sup>6</sup> Para maiores informações sobre a Operação Carne Fraca, consultar a edição especial do Boletim Agropecuário (EPAGRI/CEPA, 2017b).



As tendências distintas na evolução do número de produtores das duas categorias podem ter várias razões. Além da concentração da produção, fenômeno que vem sendo observado na maioria das cadeias produtivas da agropecuária nas últimas décadas, há outras possíveis explicações para as diferenças entre as taxas de variação de produtores com e sem DAP.

Conforme detalhado na metodologia, adotou-se uma definição operacional de agricultura familiar, considerando enquadrado nessa categoria o produtor vinculado a uma DAP ativa no ano em que se emitiu a GTA com finalidade de abate. Segundo as normas atualmente em vigor, a DAP possui vigência de três anos. Caso ela expire e o agricultor não busque alguma instituição credenciada para a emissão de novo documento, formalmente ele deixa de ser considerado agricultor familiar. Além disso, se durante a vigência o agricultor deixar de atender alguma das condições para o enquadramento na categoria<sup>7</sup>, pode ter a DAP cancelada.

Segundo análises preliminares, em 2016 observou-se queda bastante significativa na quantidade de DAPs ativas em Santa Catarina, passando de mais de 200 mil em 2015 para cerca de 111 mil no final do ano seguinte. Embora esse fenômeno demande estudos mais aprofundados, é provável que isso tenha afetado de alguma forma os enquadramentos dos produtores avaliados neste artigo.

Não obstante as variações mencionadas nos parágrafos anteriores, a participação dos agricultores familiares dentre o total de suinocultores e avicultores comerciais é bastante significativa durante todo o período analisado no presente artigo.

A figura 1 apresenta a participação percentual de agricultores familiares no total de produtores ao longo dos cinco anos analisados. Na média do período, 76,00% dos suinocultores que destinaram animais para abate em estabelecimentos inspecionados eram agricultores familiares. No caso dos avicultores, a média dos cinco anos foi de 79,06%.

Conforme é possível perceber no gráfico, a participação de agricultores familiares no total de avicultores e suinocultores manteve-se relativamente estável durante a maior parte do período analisado, embora ocorra uma leve tendência de queda. Em 2014 registrou-se um pequeno aumento para ambas as atividades. Contudo, a partir de 2015 a participação caiu novamente, com as quedas mais significativas sendo observadas em 2017.

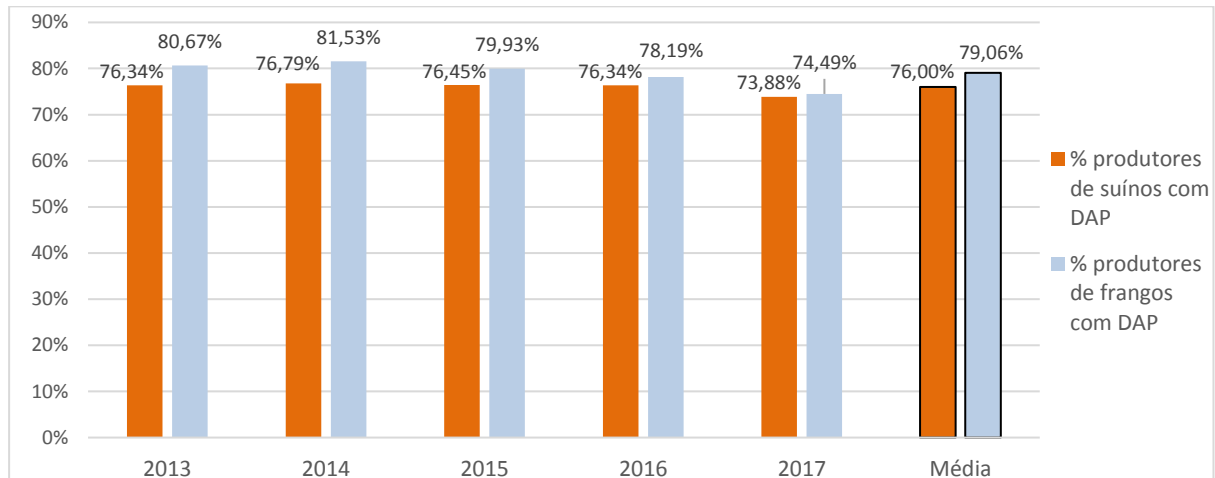
Mais uma vez chama-se atenção para o fato de que a variação negativa na participação da agricultura familiar em 2017 pode estar relacionada à redução significativa no número de DAPs ativas em Santa Catarina, já mencionada anteriormente. É possível que diversos produtores tenham simplesmente mudado de categoria em função do término da vigência da DAP, sem que isso necessariamente represente alterações significativas nas características do agricultor.

---

<sup>7</sup> Segundo o Manual de Crédito Rural (MCR, 2018) são beneficiários do Pronaf os agricultores que atendam essencialmente às seguintes condições: a) explorem parcela de terra na condição de proprietário, posseiro, arrendatário, comodatário, parceiro, concessionário do Programa Nacional de Reforma Agrária (PNRA), ou permissionário de áreas públicas; b) residam no estabelecimento ou em local próximo; c) não detenham, a qualquer título, área superior a 4 (quatro) módulos fiscais; d) no mínimo, 50% da renda bruta familiar seja originada da exploração agropecuária e não agropecuária do estabelecimento; e) tenham o trabalho familiar como predominante na exploração do estabelecimento, utilizando mão de obra de terceiros de acordo com as exigências sazonais da atividade agropecuária, podendo manter empregados permanentes em número menor ou igual ao número de pessoas da família ocupadas com o empreendimento familiar; f) tenham obtido renda bruta familiar nos últimos 12 meses de produção normal, que antecedem a solicitação da DAP, de até R\$360.000,00, considerando neste limite a soma de 100% do Valor Bruto de Produção, 100% do valor da receita recebida de entidade integradora e das demais rendas provenientes de atividades desenvolvidas no estabelecimento e fora dele, recebida por qualquer componente familiar.



**Figura 1** – Participação da agricultura familiar no total de produtores que destinaram suínos e frangos para abate – Santa Catarina – 2013 a 2017.



Fonte: Elaboração dos autores, partir de dados da Cidasc e Sead.

De qualquer forma, os números das duas atividades demonstram reduções no total de produtores no período considerado, ao passo que a produção aumentou ou caiu num ritmo bem menos expressivo.

A produção estadual de suínos<sup>8</sup>, por exemplo, registrou um aumento de 17,73% no número de animais produzidos em 2017, em relação a 2013 (EPAGRI/CEPA, 2017; EPAGRI/CEPA, 2018). A figura 2 apresenta o gráfico com a evolução da atividade ao longo do período. Conforme é possível perceber, houve aumento no número total de suínos produzidos em todos os anos avaliados<sup>9</sup>.

De acordo com o cruzamento de dados realizado no âmbito do presente estudo, dos suínos produzidos em 2013, 52,42% provinham de agricultores familiares detentores de DAP ativa naquele ano. Em 2017, a participação da agricultura familiar sobre o total subiu para 55,70%.

<sup>8</sup> No presente artigo considerou-se o total de suínos produzidos no estado, independente do abate dos animais ter sido realizado em Santa Catarina ou em outra unidade da federação. O mesmo procedimento foi utilizado para a produção de frangos.

<sup>9</sup> É necessário fazer uma ressalva em relação ao ano de 2013. Tendo em vista que o Sigen+ (sistema do qual foi obtida a maioria dos dados analisados no presente artigo) entrou em operação somente em fevereiro de 2013, os dados daquele ano são parciais e não incluem as GTAs emitidas no mês de janeiro. De qualquer forma, optou-se por apresentar os dados mesmo assim para evidenciar a participação de cada perfil de produtor (familiar ou não familiar) no total da produção.

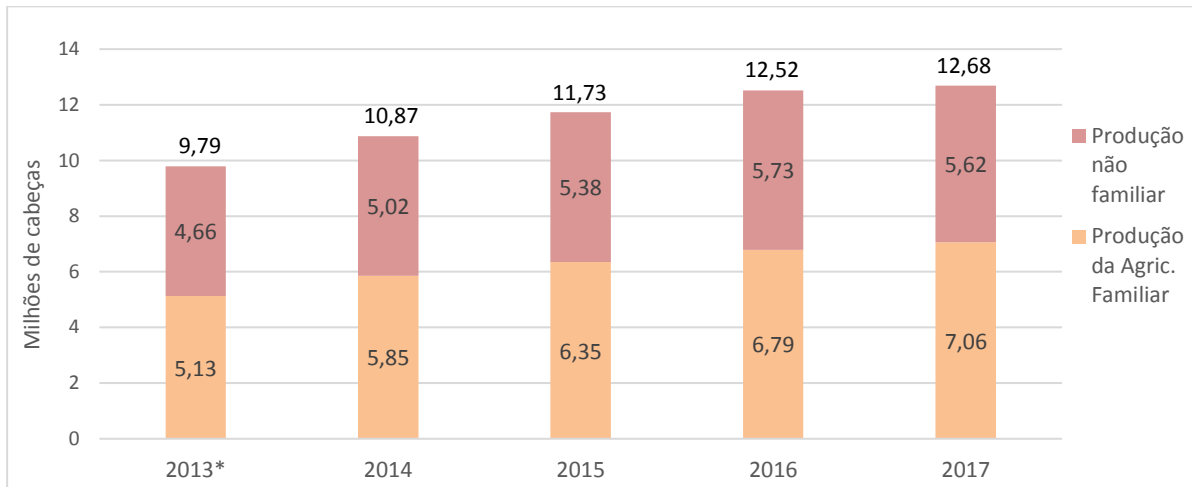
Em relação ao número de produtores, acredita-se que a ausência dos dados do mês de janeiro não interfira nos resultados, já que é amplamente predominante dentre os produtores comerciais a realização de mais de uma operação de comercialização de animais por ano (lotes).

Ao longo do texto, sempre que se faz menção à produção total de suínos ou frangos de 2013 está se fazendo referência à produção do ano completo, utilizando-se para isso dados obtidos de outras fontes.

As observações acima valem tanto para suínos quanto para frangos.



**Figura 2** – Quantidade de suínos destinados ao abate, por perfil de produtor – Santa Catarina – 2013 a 2017.

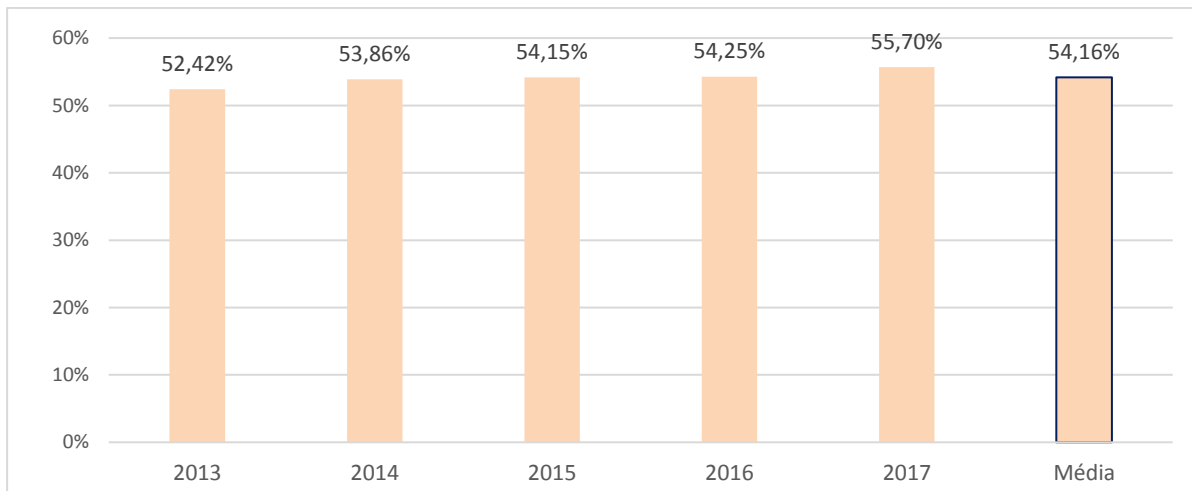


\* Dados parciais. Não incluem o mês de janeiro/2013.

Fonte: Elaboração dos autores, partir de dados da Cidasc e Sead.

A figura 3 apresenta a evolução dos percentuais de participação da agricultura familiar na produção catarinense de suínos. Como fica evidente, durante todo o período analisado foram registrados aumentos de um ano para outro. Na média dos cinco anos, a agricultura familiar respondeu por 54,16% da produção suinícola do estado.

**Figura 3** – Participação da agricultura familiar na produção catarinense de suínos – 2013 a 2017.



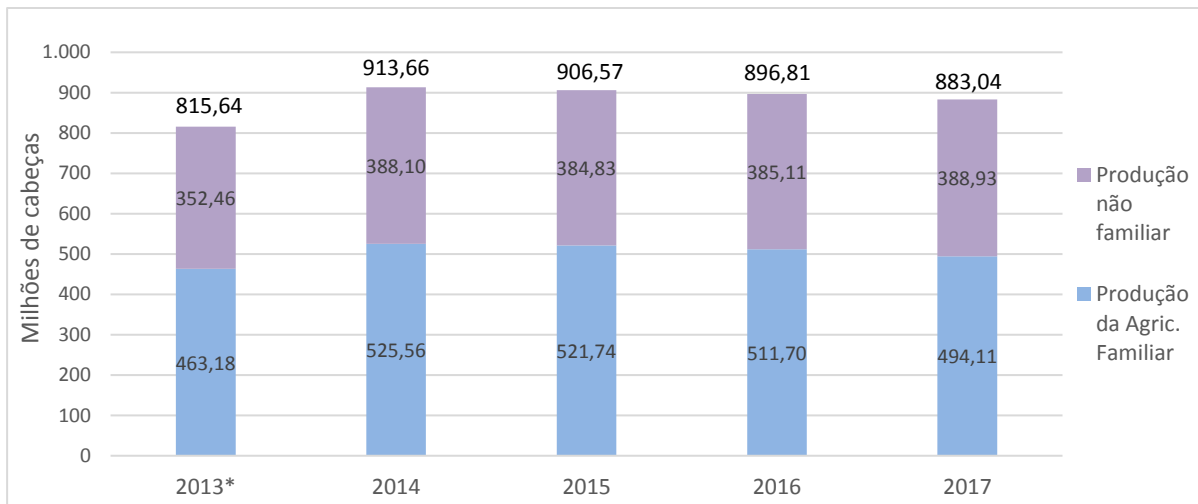
Fonte: Elaboração dos autores, partir de dados da Cidasc e Sead.

A produção estadual de frangos, por sua vez, registrou queda de 1,15% no número de animais produzidos em 2017, na comparação com 2013 (EPAGRI/CEPA, 2017; EPAGRI/CEPA, 2018). A figura 4 apresenta o gráfico com a evolução da atividade ao longo dos cinco anos analisados. Em 2014 foi registrada a maior produção de todo o período,



atingindo-se 913,66 milhões de aves destinadas ao abate. A partir de 2015 registram-se quedas consecutivas na produção estadual.

**Figura 4** – Quantidade de frangos destinados ao abate, por perfil de produtor – Santa Catarina – 2013 a 2017.



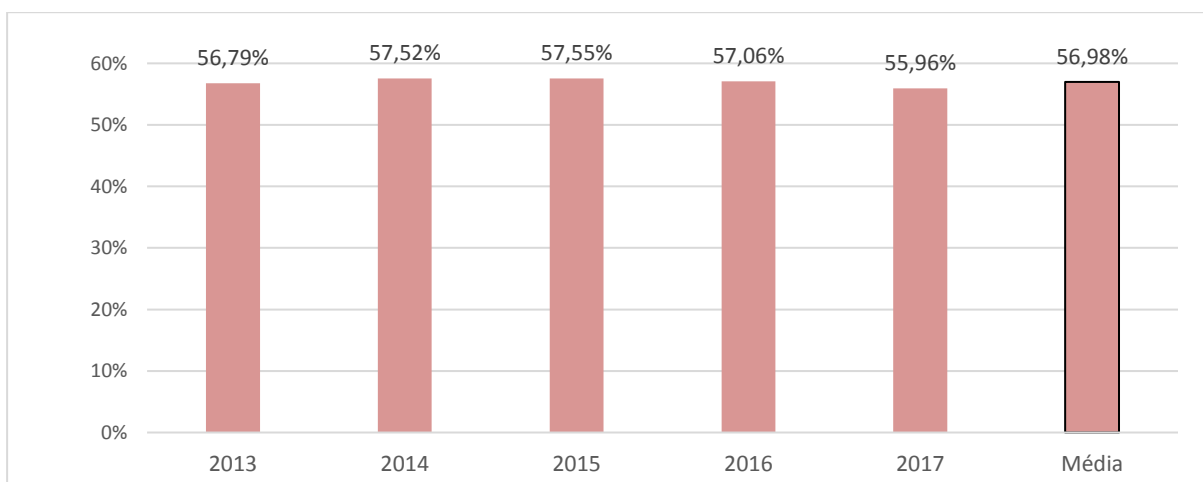
\* Dados parciais. Não incluem o mês de janeiro/2013.

Fonte: Elaboração dos autores, partir de dados da Cidasc e Sead.

Da produção de frangos do ano de 2013, 56,79% provinha de agricultores familiares detentores de DAP ativa. Em 2017 a participação desse segmento diminuiu um pouco, ficando em 55,96%.

A figura 5 apresenta a evolução da participação da agricultura familiar na produção catarinense de frangos. Percebe-se que os percentuais mantiveram-se relativamente estáveis ao longo dos cinco anos analisados, em especial de 2013 a 2016.

**Figura 5** – Participação da agricultura familiar na produção catarinense de frangos – 2013 a 2017.



Fonte: Elaboração dos autores, partir de dados da Cidasc e Sead.



Em 2017 registrou-se a variação mais significativa, resultando em queda na participação da agricultura familiar. A participação média nos cinco anos foi de 56,98%.

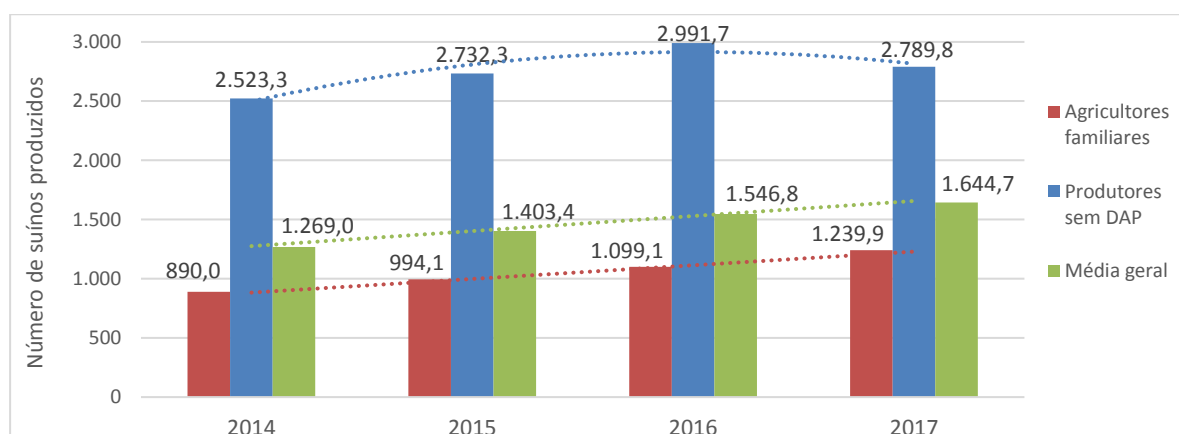
No que diz respeito à participação da agricultura familiar na produção animal, é possível perceber tendências distintas entre as duas espécies analisadas neste artigo. No caso dos suínos há um crescimento constante da participação ao longo dos cinco anos analisados. Já em relação aos frangos, de 2013 a 2015 ocorre aumento na participação, ao passo que nos dois anos seguintes esse percentual sofre ligeiras quedas. É possível que essa queda esteja associada à redução no número de avicultores com DAP ativa, em função da queda significativa no número de DAPs em Santa Catarina mencionada anteriormente. Contudo, seriam necessárias avaliações adicionais para compreender o porquê de não ter sido também registrada queda na participação da agricultura familiar na suinocultura. Contudo, essa análise foge ao escopo do presente trabalho.

De qualquer forma, chama atenção o fato de que, se por um lado houve redução no número de produtores familiares para ambas as espécies, isso não se refletiu numa consequente redução na participação desse segmento sobre o total produzido. Esse cenário indica uma provável concentração na produção, mesmo dentre os agricultores familiares.

Em 2014<sup>10</sup>, o número médio de suínos destinados ao abate foi de 1.269,0 por produtor. Ao segmentar por perfil, verifica-se que dentre os agricultores familiares a média foi de 890,0 animais, enquanto os produtores que não possuíam DAP produziram uma média de 2.523,3 suínos. Já em 2017, o número médio de suínos por produtor foi de 1.239,9 para os agricultores familiares e 2.789,8 para os produtores sem DAP, enquanto a média geral ficou em 1.644,7.

Os dados anteriores evidenciam uma concentração da produção em todas as categorias ao longo do período analisado. O gráfico da figura 6 apresenta a evolução das médias anuais por categoria. Como é possível perceber, o número médio de suínos destinados ao abate pelos produtores sem DAP variou negativamente em 2017, em relação ao ano anterior. A média dos produtores familiares, por sua vez, registrou crescimento em todo o período. Entre 2014 e 2017 o número médio de suínos produzidos pelos agricultores familiares aumentou 39,31%.

**Figura 6** – Número médio de suínos produzidos por suinocultor por ano, de acordo com a categoria – Santa Catarina – 2014 a 2017.



Fonte: Elaboração dos autores, partir de dados da Cidasc e Sead.

<sup>10</sup> Não se utilizou as informações de 2013 para este indicador em função da ausência de dados referentes a janeiro daquele ano, conforme já mencionado, o que comprometeria a possibilidade de comparação da média desse ano com os demais. O mesmo procedimento foi adotado para a produção de frangos.

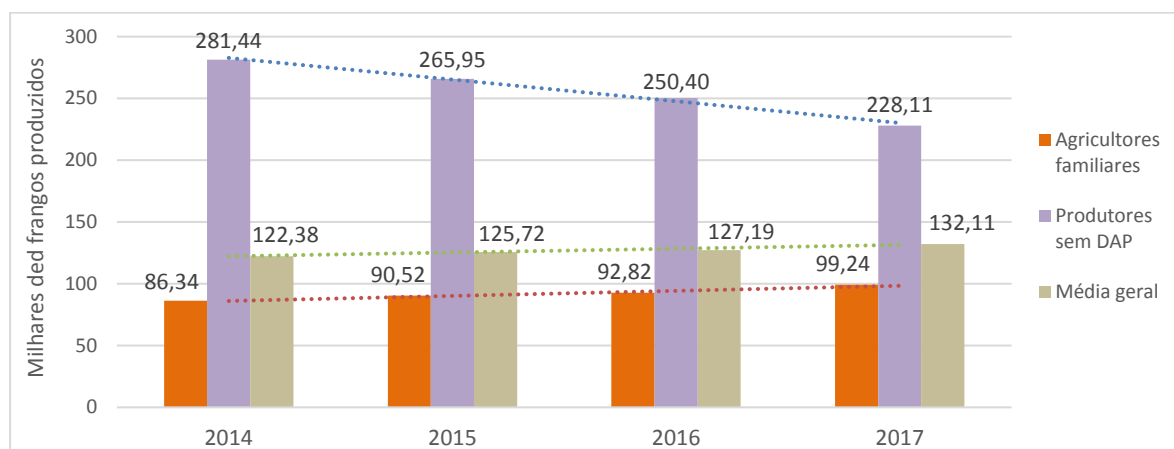




Quanto aos frangos, verifica-se que em 2014 cada avicultor produziu em média 122,38 mil frangos. A média dos agricultores familiares foi de 86,34 mil, enquanto os avicultores sem DAP produziram em média 281,44 mil aves. Em 2017 a média geral havia crescido para 132,11 mil aves por produtor. Nesse mesmo ano, a média dos agricultores familiares foi de 99,24 mil aves, enquanto a dos produtores sem DAP foi de 228,11 mil.

Observando o gráfico da figura 7, percebe-se uma tendência de queda no número médio de frangos produzidos por avicultores sem DAP e, por outro lado, um crescimento constante na média dos produtores familiares. Nesse segundo caso, registra-se um crescimento de 14,94% entre 2014 e 2017.

**Figura 7** – Número médio de frangos produzidos por avicultor por ano, de acordo com a categoria – Santa Catarina – 2014 a 2017.



Fonte: Elaboração dos autores, partir de dados da Cidasc e Sead.

Para fins de comparação, Sorj, Pompermayer e Coradini (2008) relatam que em 1972, nos primórdios da avicultura industrial, a média anual era de 24,79 mil frangos produzidos por integrado. Em 1976 essa média saltou para 62,96 mil para cada integrado, ou seja, um crescimento de 154%. Comparando-se esses dados com os apresentados na figura 7, verifica-se que entre 1976 e 2014 o número médio de frangos por produtor variou 94,4%.

Aliás, nesse mesmo trabalho os autores já afirmavam que “as tendências presentes na avicultura confirmam que a agropecuária avançada apresenta claras tendências à concentração da produção sem levar necessariamente o meio rural à eliminação da empresa familiar” (SORJ, POMPERMAYER E CORADINI, 2008, p. 58).

#### 4. Considerações finais

A produção de carnes, em especial de suínos e aves, constitui-se em “carro chefe” da agropecuária catarinense, sendo responsável por parcela significativa do VBP do setor. Para além de sua importância econômica, há que se considerar também os impactos sociais dessas cadeias produtivas. A relevância e a excelência atingidas por essas atividades são frequentemente associadas ao processo de ocupação do território catarinense, à estrutura fundiária e à presença marcante da agricultura familiar na produção animal desde os primórdios da colonização.



Além desses, há outros elementos que podem ser apontados como fundamentais para a estruturação de cadeias produtivas dinâmicas como as anteriormente mencionadas: ampla presença dos serviços de pesquisa agropecuária, assistência técnica e extensão rural, abrangendo praticamente todo o território catarinense; excelência do serviço de defesa sanitária, reconhecido nacional e internacionalmente e responsável pelo status sanitário diferenciado atingido pelo estado; capacidade de articulação e inovação do setor produtivo, seja por meio das agroindústrias ou das cooperativas.

Apesar da importância e amplitude do setor de carnes, há vários anos percebe-se um processo de concentração da produção, com conseqüente redução no número de produtores, o que causa preocupação quanto ao futuro dessas atividades e quanto à sua relevância social. Essa tendência é especialmente preocupante no caso da suinocultura, que já chegou a contar com dezenas de milhares de produtores comerciais e passa por um acentuado processo de encolhimento. Além da redução no número de produtores, as cadeias produtivas de carnes passam também por mudanças no perfil dos que permanecem na atividade.

Com o passar dos anos, as empresas integradoras foram ampliando seu rol de exigências para a inclusão de agricultores ao seu quadro de integrados. Tais exigências passam tanto pela exigência de adoção de determinados padrões tecnológicos (relacionados principalmente a equipamentos e materiais utilizados na construção dos galpões), quanto aos tamanhos mínimos das estruturas de criação. Se nos primórdios da avicultura, por exemplo, era comum a existência de galpões com 25, 50 ou 75 metros de comprimento (com largura de 12 metros, em geral), atualmente o patamar mínimo para novos integrados são os galpões de 100 metros de comprimento, que comportam entre 12 mil a 14 mil aves por lote. Também tem se expandido um sistema de produção denominado “*dark house*”, em que é possível o alojamento de 30 a 40 mil frangos por aviário.

Mesmo dentre produtores não integrados, como é o caso de uma parcela dos suinocultores, a redução das margens de lucro (como ocorre nos momentos de crise no setor) e outras características inerentes a esse geram pressão em favor do aumento das escalas de produção, excluindo aqueles que não conseguem acompanhar o processo de verticalização.

Contudo, apesar dessa percepção empírica, poucos são os estudos que tratam da concentração da produção animal e da redução no número de produtores com maior profundidade. Também são raros os trabalhos recentes que busquem descrever o perfil da produção de suínos e aves em Santa Catarina, fazendo com que o setor muitas vezes seja visto como um conjunto homogêneo.

Embora tanto a suinocultura quanto a avicultura tenham despontado e se difundido no estado graças ao envolvimento da agricultura familiar, o aumento das escalas de produção e a redução no número de produtores nas décadas recentes, conforme já discutido, tem dado origem a questionamentos sobre a efetiva importância do segmento familiar para essas cadeias na atualidade. Por outro lado, há também questionamentos quanto à relevância dessas atividades para o desenvolvimento da própria agricultura familiar.

Tais questões motivaram o presente trabalho, no qual se buscou dimensionar a participação da agricultura familiar na produção de suínos e frangos em Santa Catarina, bem como avaliar a evolução desse parâmetro no período de 2013 a 2017.

Conforme apresentado no decorrer do artigo, registrou-se redução no número total de produtores no período considerado. No caso dos avicultores a queda foi de 10,96%, enquanto o número de suinocultores caiu 13,60%.

Não obstante a redução no total de produtores, em todos os anos analisados é elevada participação de agricultores familiares nessas atividades. No caso dos suinocultores, a média



dos cinco anos demonstra que 76,00% dos produtores são agricultores familiares, percentual que é ainda maior no caso dos frangos (79,06%). Esses percentuais dizem respeito apenas aos animais que se destinam ao abate, não sendo aqui dimensionada a participação de agricultores familiares em outros segmentos da cadeia, como é o caso da produção de leitões ou matrizes.

Esses dados comprovam que a agricultura familiar continua sendo um ator relevante na pecuária catarinense, com aproximadamente  $\frac{3}{4}$  dos produtores comerciais de suínos e frangos enquadrados nessa categoria social. Contudo, há uma tendência de redução do total de produtores e da participação de agricultores familiares nessas atividades. Esse movimento é mais evidente em 2017, quando a participação dos produtores com DAP diminuiu tanto entre os suinocultores quanto entre os avicultores. Essa queda mais abrupta pode ser decorrente tanto da crise que atingiu o setor de carnes em 2016, quanto da redução no número de DAPs ativas a partir daquele mesmo ano.

Quando se analisa a participação da agricultura familiar na produção de animais para abate, os números também são bastante expressivos. Na média dos cinco anos analisados, a agricultura familiar respondeu por mais da metade da produção: 54,16% dos suínos e 56,98% dos frangos. No caso dos suínos, essa participação vem aumentando ao longo dos anos, enquanto para os frangos registra-se um leve decréscimo.

Levando em consideração que entre 2013 e 2017 registrou-se queda no número de suinocultores e de avicultores (-13,60% e -10,96%, respectivamente) e, por outro lado, a produção de suínos aumentou 17,73% e a de frangos caiu apenas 1,15%, é possível afirmar que está ocorrendo concentração nessas cadeias produtivas, com consequente aumento de escala. Prova disso é o número médio de animais destinados ao abate por cada produtor, que entre 2014 e 2017 registrou aumento de 29,60% para os suínos e 7,96% para os frangos.

Quando se analisa isoladamente a produção com origem na agricultura familiar, se observa também um processo de aumento de escala nesse segmento. Em 2014, os produtores familiares participantes dessas cadeias produziam em média 890 suínos e 86,34 mil frangos. Já em 2017, esse número passou para 1.239,9 suínos (aumento de 39,31%) e 99,24 mil frangos (aumento de 14,94%). Ou seja, embora a participação dos agricultores familiares na produção total tenha se mantido, está havendo uma concentração no âmbito desse segmento, o que aos poucos altera o perfil dos produtores que desenvolvem essas atividades.

Tem-se ciência de que a eventual utilização de conceitos menos operacionais e com acepções mais amplas da categoria social “agricultor familiar” provavelmente resultaria em resultados mais significativos. Contudo, exigiria informações e esforços adicionais que não estavam disponíveis para o presente estudo.

Por fim, apesar das mudanças vivenciadas nos últimos anos, pode-se afirmar que a agricultura familiar segue tendo participação expressiva nas cadeias produtivas de carnes em Santa Catarina, tanto em relação ao total de produtores quanto à produção, sendo um ator social fundamental para a dinamização da economia e para o desenvolvimento do estado.

## 5. Bibliografia citada

ALTAFIN, Iara. **Reflexões sobre o conceito de agricultura familiar**. Brasília: UnB, 2009.

BANCO CENTRAL. **Manual de Crédito Rural – MCR**. Atualização MCR 560. Disponível em: <http://www3.bcb.gov.br/mcr>. Acesso em: 26 de março de 2018.

BAVARESCO, Paulo Ricardo. **Ciclos econômicos regionais: modernização e empobrecimento no Extremo Oeste catarinense**. Chapecó: Argos, 2005. 219 p.



---

CEBRAE/CEAG/SC. **Análise do sistema de integração agroindustrial em suínos e aves em Santa Catarina.** Cebrae/Ceag/SC: Florianópolis, 1978. 311 p.

EPAGRI/CEPA. **Síntese Anual da Agricultura de Santa Catarina 2016-2017.** V. 1 – Florianópolis: Epagri/Cepa, 2017a. 200 p.

\_\_\_\_\_. **Boletim Agropecuário.** Edição especial “Operação Carne Fraca” – Florianópolis: Epagri/Cepa, 2017b. Disponível em: [http://www.epagri.sc.gov.br/?page\\_id=19404](http://www.epagri.sc.gov.br/?page_id=19404). Acesso em: 20 de março de 2018.

\_\_\_\_\_. **Números da agropecuária catarinense.** Epagri: Florianópolis, 2018. 75 p.

FRANÇA, Caio G.; DEL GROSSI, Mauro E.; MARQUES, Vicente P.M.A. **O censo agropecuário 2006 e a agricultura familiar no Brasil.** Brasília: MDA, 2009. 96 p.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Agropecuário de 2006.** Disponível em: <http://www.ibge.gov.br>. Acesso em: 26 de fevereiro de 2018.

MAPA. **Valor Bruto da Produção – VBP.** Janeiro/2018. Disponível em: <http://www.agricultura.gov.br/assuntos/politica-agricola/valor-bruto-da-producao-agropecuaria-vbp>. Acesso em: 23 de fevereiro de 2018.

MDA/INCRA/FAO. **Novo Retrato da Agricultura Familiar: O Brasil Redescoberto.** Brasília: MDA/Incra, fev. 2000.

TALAMINI, Dirceu D.J.; KINPARA, Daniel I. Os Complexos Agroindustriais da Carne e o Desenvolvimento do Oeste de Santa Catarina. **Revista de Política Agrícola.** Ano 3, n. 2 – Abr./Mai./Jun., 1994.

SORJ, Bernardo, POMPERMAYER, Malori J., e CORADINI, Odacir L. **Camponeses e agroindústria:** transformação social e representação política na avicultura brasileira [online]. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2008. 102 p.

ZANOTTO, André L. **Senhores e criadores:** uma história do combate à Peste Suína Africana em Santa Catarina (1978). 2013. 202 p. Dissertação (Mestrado) Programa de Pós-Graduação em História - Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2013.